O exame de proficiência em língua portuguesa da pucpr: uma prática de letramento acadêmico nos cursos de graduação**Pucpr's Portuguese language proficiency exam: an academic literacy practice in undergraduate courses**

DOI:10.34117/bjdv5n11-288

Recebimento dos originais: 10/10/2019

Aceitação para publicação: 25/11/2019

Cristina Yukie Miyaki

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina
Pós-doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba)
Endereço Rua Imaculada Conceição 1155, Prado Velho - Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: cristina.miyaki@pucpr.br; cristinaymiyaki@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe-se a refletir sobre o processo de avaliação proposto por exames de proficiência em língua portuguesa, como língua materna, em cursos de graduação, o que contempla todos os cursos de licenciatura da PUCPR. Para tanto, apresentamos a pesquisa teórica que embasa o Exame de Proficiência em Língua Portuguesa (EPLP) aplicado na PUCPR. O EPLP foi implementado na PUCPR para todos os graduandos ingressantes a partir de 2013, e surgiu em consonância com a implementação, em 2013, do novo Projeto Pedagógico Institucional, e com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Esse exame objetiva avaliar a competência leitora de diferentes gêneros textuais de base expositiva e/ou argumentativa, e a competência escrita de textos de gêneros acadêmicos. Optou-se por uma concepção de linguagem e de gênero tal qual formulada por Bakhtin (1997), compreendendo que o domínio de um gênero é um comportamento social, o que pressupõe a prática desse gênero na sua esfera de circulação e pertencimento. A respeito dessa esfera, Creme e Lea (2003) argumentam que, quando mapeamos a escrita na universidade, pensamos em como escrever um ensaio, um artigo ou um relatório, mas é fundamental levar em consideração as especificidades de um gênero acadêmico dependendo da área do conhecimento e das perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelos saberes daquela área. Com base em Bourdieu (1998) e Soares (2001), outro importante aspecto a ser considerado são as relações de poder envolvidas nas relações mediadas pela linguagem, com nosso olhar especial às instituições acadêmicas. Ainda refletimos sobre o conceito de validação, que é central ao processo avaliativo, com base em Chappelle (1999) e Scaramucci (2011). A partir desse arcabouço teórico, refletimos sobre as práticas de letramento nas licenciaturas e nas demais graduações, e sobre ações que possam inspirar políticas educacionais para a área do letramento acadêmico na língua materna e sua avaliação.

Palavras-chave: Exame de proficiência em língua portuguesa na graduação. Validação do processo avaliativo. Influências sobre o ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the assessment process proposed by proficiency exams in Portuguese, as a mother tongue, in undergraduate courses, which includes all undergraduate courses at PUCPR. To this end, we present the theoretical research that supports the Portuguese Language Proficiency Exam (EPLP) applied at PUCPR. The EPLP was implemented at PUCPR for all new undergraduates from 2013, and emerged in line with the implementation in 2013 of the new Institutional Pedagogical Project, and the National Student Performance Exam. This exam aims to evaluate the reading competence of different textual genres of expository and / or argumentative basis, and the written competence of texts of academic genres. We opted for a conception of language and gender as formulated by Bakhtin (1997), understanding that the domain of a genre is a social behavior, which presupposes the practice of this genre in its sphere of circulation and belonging. Regarding this sphere, Creme and Lea (2003) argue that when we map writing in the university, we think about how to write an essay, an article or a report, but it is essential to take into account the specificities of an academic genre depending on the area of writing. knowledge and the theoretical-methodological perspectives adopted by the knowledge of that area. Based on Bourdieu (1998) and Soares (2001), another important aspect to be considered is the power relations involved in language-mediated relations, with our special focus on academic institutions. We still reflect on the concept of validation, which is central to the evaluation process, based on Chapelle (1999) and Scaramucci (2011). From this theoretical framework, we reflect on the literacy practices in undergraduate and other degrees, and on actions that may inspire educational policies for the area of academic literacy in the mother tongue and its evaluation.

Keywords: Portuguese language proficiency exam at graduation. Validation of the evaluation process. Influences on teaching and learning.

1 INTRODUÇÃO

A universalização do letramento é um desafio mundial e permanente. Referimo-nos a como as capacidades de leitura e escrita tornam os cidadãos capazes de engajar-se nas práticas culturais e sociais da comunidade a que pertencem (Unesco, 1978), desenvolvendo-se e assumindo suas responsabilidades civis e políticas. Desse modo, cabe não apenas à educação básica, mas também ao ensino superior o preparo dos jovens para exercerem com eficácia e proficiência as práticas leitoras e de produção escrita.

A finalidade deste estudo é trazer uma contribuição para a discussão sobre a necessidade de definição de políticas públicas para a promoção do letramento acadêmico. A PUCPR vem delineando um conjunto de ações em prol dessa questão. Dentre elas está o Exame de Proficiência em Língua Portuguesa (EPLP). Também vamos discutir o EPLP como processo de avaliação, seus objetivos, a visão de aluno e de proficiência em língua materna, e a noção de validação/validade do exame.

Esse exame foi criado para todos os graduandos ingressantes a partir de 2013 na PUCPR, em Curitiba, Londrina, Maringá e Toledo, e surgiu em consonância com a implementação, em 2013, do novo Projeto Pedagógico Institucional, e em consonância com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Por meio do EPLP, objetiva-se avaliar capacidades envolvidas nas práticas letradas exigidas pela esfera acadêmica.

A prova do EPLP vem sendo ofertada duas vezes ao ano, uma em cada semestre, e constitui-se de duas partes. A primeira para a avaliação das capacidades necessárias ao exercício pleno da compreensão textual, composta de dez questões envolvendo interpretação de textos e análise de fatos linguísticos de gêneros textuais da esfera acadêmica (artigos, resenhas, abstracts, tabelas, gráficos); e a segunda parte envolvendo a avaliação da competência de escrita de textos de dois gêneros textuais: resumo acadêmico e texto dissertativo-argumentativo.

Trata-se de uma prova temática na qual os diferentes textos utilizados, em termos, dialogam entre si, de modo que, na produção do texto dissertativo-argumentativo, o estudante tenha informações suficientes para desenvolver uma reflexão crítica diante do tema proposto, defendendo com argumentação sólida o ponto de vista assumido.

Em relação ao domínio de resumos, o EPLP tem avaliado a habilidade dos alunos quanto à compreensão dos contextos de produção do resumo acadêmico e do *abstract*. Espera-se que o acadêmico compreenda tratar-se o *abstract* de um texto cujo propósito é fornecer ao leitor, de modo rápido, informações em relação ao conteúdo apresentado em textos

acadêmicos orais (comunicações, conferências) ou escritos (artigos, teses), haja vista, nos casos de escrita, ele acompanhar o texto base propiciando que se tenha acesso rápido à essência desse texto.

Por meio do presente estudo, refletiremos teórica e criticamente sobre a implementação do EPLP e sua incorporação como prática de letramento nas graduações da PUCPR, a fim de inspirar políticas educacionais para a área do letramento acadêmico na língua materna e sua avaliação.

O objetivo deste artigo é retratar as políticas institucionais, implementadas pela PUCPR, a fim de promover e dar suporte ao letramento acadêmico dos seus graduandos das diversas áreas do conhecimento. Para tanto, apresentaremos o EPLP e seus objetivos na seção 1. Nas seções seguintes, abordaremos os pressupostos teóricos do processo de avaliação do EPLP; o percurso desse exame e as influências sobre o ensino-aprendizagem; e as considerações finais deste artigo.

2 O EPLP da PUCPR¹

O EPLP é uma forma de o graduando da PUCPR autoavaliar o seu domínio das competências de leitura e escrita necessárias ao acompanhamento do curso e ao futuro exercício profissional. Avalia-se a proficiência para a produção de textos em situações acadêmicas e profissionais que exigem o emprego da língua portuguesa padrão na escrita de textos de natureza expositivo-argumentativa. A competência leitora refere-se à capacidade de compreensão e interpretação de diferentes gêneros textuais de base expositiva e argumentativa. Está relacionada à habilidade do leitor de construir sentidos para o texto a partir de conhecimentos linguísticos, bem como sobre como os textos e os discursos são produzidos, tomando como referência seu conhecimento de mundo e o contexto sócio-histórico.

O conhecimento do léxico e da estrutura gramatical são relevantes, mas não são instrumentos suficientes para a leitura proficiente. É necessário também empregar estratégias comuns a leitores competentes: recorrer a títulos, subtítulos e a elementos visuais, como gráficos, figuras e diagramas que acompanham o texto, bem como ao conhecimento da fonte, autor, data e outras informações pertinentes da linguagem verbal e não-verbal.

¹ A seção 1 deste artigo, intitulada 'O EPLP da PUCPR', que apresenta o Exame de Proficiência em Língua Portuguesa da PUCPR, foi publicada anteriormente no E-book do SIGET 2016 - "Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos, sob coordenação de Eliane Lousada et. al. (<http://www.letraria.net/site/dialogos-brasileiros-no-estudo-de-generos-textuaisdiscursivos/>).

A competência escrita relaciona-se à capacidade de exposição clara de conceitos, análise de fatos, interpretação e argumentação adequadas na elaboração de textos escritos. Inclui o reconhecimento dos gêneros textuais escritos e o seu emprego adequado às diversas situações de comunicação e interação social, seja no ambiente acadêmico, seja no ambiente profissional. Também prevê o emprego dos recursos linguísticos e discursivos que contribuem para a expressividade, a originalidade e a criatividade dos textos escritos na variante padrão da língua portuguesa.

A aprovação no EPLP é obrigatória para o aluno realizar estudos e atender requisitos exigidos por disciplinas mais avançadas do curso, como o Trabalho de Conclusão de Curso.

A aprovação nesse exame também confere ao aluno o registro, em seu histórico escolar, de que é suficientemente proficiente para ler e compreender textos de diversos gêneros textuais, particularmente os da esfera acadêmica, bem como escrever textos nesses gêneros adequando-os às condições de produção de cada situação socioverbal específica.

2.1 COMPETÊNCIAS AVALIADAS NO EPLP

O Exame de Proficiência em Língua Portuguesa objetiva avaliar o desempenho comunicativo dos graduandos da PUCPR, especialmente nas seguintes competências: a) leitura, compreensão e interpretação de gêneros textuais diversos, em especial os de natureza expositiva e/ou argumentativa; b) produção de textos na modalidade escrita, em especial os de natureza expositiva e/ou argumentativa; c) desenvolvimento do raciocínio lógico e da reflexão crítica; d) elaboração de síntese e análise crítica; e) uso adequado da variante padrão da língua portuguesa nas práticas de leitura e escrita acadêmicas .

Os aspectos linguísticos mais estreitamente relacionados às competências avaliadas são: a) recursos de textualidade: coesão, coerência, clareza, níveis de informatividade, articuladores textuais, operadores argumentativos, etc.; b) estrutura composicional e desenvolvimento temático dos gêneros textuais expositivo-argumentativos; c) tese, argumentos e conclusão; tipos de argumentos e estratégias argumentativas; d) relações de significação entre palavras e sentido das palavras em contextos específicos; e) recursos linguísticos e discursivos que contribuem para a expressividade em textos orais e escritos: discurso direto e indireto, intertextualidade, modalizadores, figuras de linguagem e outros recursos retóricos; f) normas que regem a variante padrão da língua portuguesa.

Nesta seção apresentamos o Exame de Proficiência em Língua Portuguesa, aplicado a todos os graduandos da PUCPR, como um dos instrumentos de promoção do letramento

acadêmico na instituição. Ele constitui-se um elemento balizador, que dialoga com outras práticas de letramento do processo de ensino-aprendizagem na universidade, a serem abordadas na seção 3 deste trabalho.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO EPLP

Como base teórica para nossos estudos, partimos de reflexões sobre as práticas da leitura e da escrita no mercado linguístico e sobre o conceito de validade/validação de um processo avaliativo, que são abordados nas subseções 2.1 e 2.2.

3.1 A LEITURA E A ESCRITA NO MERCADO LINGUÍSTICO

A leitura e a escrita são ações sociais; por meio dos textos os cidadãos organizam as atividades e a própria estrutura de convivência e relações que se estabelecem em sociedade. Para Soares (2001), a linguagem é simultaneamente o principal produto da cultura e o principal instrumento para sua transmissão. Trata-se de duas práticas distintas, mas complementares.

Conforme Soares (2004, p.69), do ponto de vista da dimensão individual de letramento, a leitura é um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, que se estendem do ato de decodificar palavras escritas até a compreensão de textos escritos, construindo interpretações. Inclui habilidades cognitivas e metacognitivas, como a capacidade de interpretar sequências de ideias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas, além da habilidade de construir significado, relacionando conhecimento prévio e informação textual, e ainda tirar conclusões e fazer julgamentos sobre o texto lido.

A escrita, da mesma forma que a leitura, é também um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, mas que, segundo Soares (2004), engloba desde o ato de transcrever a fala, como em um ditado, até a habilidade de selecionar informações a um leitor potencial, relacionar as ideias por meio de uma expressão adequada, estabelecer metas para a escrita, e decidir a melhor forma de desenvolvê-la. Essas habilidades serão empregadas diferenciadamente de acordo com o gênero de texto a ser produzido, desde a assinatura do próprio nome até a redação de um parecer jurídico ou de um trabalho acadêmico.

Bourdieu (1998), em seus estudos voltados à análise do papel da linguagem na estrutura social, apontou sistematicamente a relação entre a língua e as condições sociais do seu uso em situações de interação verbal. No universo social há bens materiais e bens simbólicos, e a linguagem pertence a este segundo grupo. O autor defende que toda situação

linguística funciona como um mercado, no qual os bens que se trocam são palavras. O preço do produto linguístico não depende apenas das informações veiculadas, mas também da posição e da importância que tem o indivíduo que as veicula na estrutura social, ou da relevância do grupo social a que ele pertence.

Nesse mercado linguístico, o que circula não é a língua, mas os discursos estilisticamente caracterizados. Os locutores estão situados em posições diferentes no espaço social, cada um com intenções e interesses diferentes e, conforme Bourdieu (1998), impõe-se o recurso a uma linguagem neutralizada, a fim de estabelecer um *consensus* prático entre locutores e interlocutores parcial ou totalmente diferentes. A aceitabilidade não se encontra na situação comunicativa, mas na relação entre o mercado e o *habitus* que, segundo o autor, está ligado ao mercado, tanto pelas condições de aquisição quanto pelas condições de utilização.

O *habitus* (Bourdieu 1985) explica as regularidades imanentes à prática e tem como parâmetro a incorporação do agente ao mundo social, ou seja, os atores são socialmente constituídos por orientações, formas de ação relativamente estáveis e esquemas incorporados, atualizados no discurso. O *habitus* apresenta estabilidade devido aos usos, às disposições para agir de formas específicas, e está relacionado à definição social do falante, seu modo rotineiro de falar, seus gestos e ações comunicativas, tanto mental quanto fisicamente.

Segundo Bourdieu (1975), aprende-se a falar não apenas ouvindo um certo modo de falar, mas também falando e oferecendo a um mercado determinado um falar determinado. No caso dos estudantes de graduação, ao ingressarem no espaço social das universidades, iniciam as trocas linguísticas no interior desse mercado determinado, que propõe à *mimesis* prática do novo ingressante modelos e sanções de acordo com o que estabelece como uso legítimo.

O *habitus* emerge especificamente na interação entre os indivíduos e o campo. Este é uma forma de organização social constituída por dois aspectos: i) a posição dos agentes, os papéis sociais assumidos e sua configuração; ii) o processo histórico no qual essas posições são assumidas por agentes individuais ou coletivos. Segundo Hanks (2005), exemplos clássicos de campos são a academia, os campos fundados em disciplinas, o campo da educação, da linguística, da produção artística, entre outros.

Hanks (2005) afirma que o campo não é uma característica externa do contexto, mas torna-se um elemento de formação que modela o indivíduo através do *habitus*. E reforça as três características centrais de todo campo, especificadas por Bourdieu (1985, p.20): a) uma disputa linguística em que determinados fins são perseguidos mediante o uso de determinados recursos discursivos segundo normas estabelecidas; b) um conjunto de crenças e assunções

que preparam a disputa; e c) os interesses específicos em jogo. Segundo Hanks, um bom exemplo são as disputas linguísticas de argumentação, publicação e discussão na academia, pois todas se embasam na crença de que a análise racional e a retórica eficaz caracterizam um bom trabalho, e de que se mede a produtividade por meio da produção discursiva, oral ou escrita, em gêneros reconhecidos pelos agentes no campo. Assim, a prática no campo reproduz as demandas do próprio campo.

Todo campo é relativamente delimitado, com restrições sobre quem pode se engajar e em quais posições. Hanks (2005) ilustra essa delimitação nos ambientes institucionais por meio dos certificados, treinamentos especializados, seleções competitivas, inclusões e exclusões de classe e pelos recursos econômicos ou simbólicos. Desta forma, o acesso a cada campo é sempre seletivo e diferenciado.

Compreendemos a educação universitária como o campo em que se insere nosso objeto de estudo, o EPLP. Esse exame de proficiência em língua materna, aplicado aos graduandos das diversas áreas do conhecimento, surge como um procedimento avaliativo que vem ao encontro das práticas de letramento acadêmico propostas pela universidade em seu projeto político-pedagógico institucional e no projeto político-pedagógico de seus cursos de graduação.

Para avaliarmos os níveis de letramento acadêmico dos estudantes universitários, partimos de uma concepção de língua e de gêneros textuais que circulam no meio acadêmico, cientes de que, conforme Bourdieu (1991), a aparente unidade de qualquer língua é produto de um processo histórico, que objetiva unificar e padronizar as variedades linguísticas de acordo com a sociedade em que elas são faladas.

É do saber comum que o acesso à língua padrão, por meio da educação formal, é uma das formas de acesso a lugares de poder em que ela é empregada, o que reforça o processo de dominação simbólica de cada campo social. Hanks (2008) defende que as estratégias discursivas empregadas para harmonizar as demandas do campo, reforçam as suas hierarquias e, como resultado, a hierarquia social é transposta para uma hierarquia estilística, com base na associação entre estilos verbais diferentes e posições distintas dos agentes que os legitimam.

Para Bourdieu (1991) a legitimidade de uma variante linguística (em relação às demais) relaciona-se intimamente à sua oficialidade, que reveste os agentes que a usam na sociedade. O falante obtém o efeito de oficialidade a partir do campo social, que é a autoridade capaz de produzir uma língua oficial e reforçá-la como modelo a ser usado e a ser aceito. Segundo a

abordagem bourdiesiana, falar uma língua não equivale a simplesmente dominar um código, mas representa o “agir num mundo que é tacitamente aceito”. (1991, p.141)

Ao elaborar o EPLP como um gênero textual que é parte do processo de avaliação das práticas de letramento acadêmico das quais os graduandos participam na universidade, temos consciência sobre as relações de poder assumidas pela comissão avaliadora nas diferentes etapas desse exame de proficiência em língua materna: desde o conhecimento das práticas letradas na vida acadêmica, do perfil do estudante universitário que adentra à instituição e que visamos formar profissionalmente para o convívio social, dos objetivos da avaliação e principalmente dos seus resultados, como fonte de validação e indícios para mudanças nas práxis de letramento acadêmico que já ocorrem.

Street (1984), ao defender a dimensão social do letramento, atribui um significado político e ideológico às práticas de leitura e de escrita nos contextos sociais, i. e., o letramento diz respeito às formas concretas que essas práticas assumem nas instituições sociais, e como são propostas e exigidas.

Ainda para Street (2009), textos escritos e textos lidos são importantes eventos históricos, incorporados pela dinâmica da comunicação; o autor relaciona a escrita acadêmica a outras áreas do conhecimento além da linguística e da educação; assim, ao afirmar algo sobre a escrita, se diz algo sobre sociologia; na perspectiva filosófica, a escrita é uma declaração sobre o que conhecemos, e a leitura, uma forma de aprendizagem.

Em relação à Teoria dos Gêneros, Bazermann (1988; 2007) reconhece que os textos variam linguisticamente de acordo com o seu propósito e o contexto de uso, e que há uma variedade de comunidades discursivas com suas próprias normas e convenções para construir e debater conhecimento.

Segundo Creme e Lea (2003), quando os estudantes pensam na escrita acadêmica, imediatamente a associam à produção de ensaios ou artigos, no entanto, na universidade há a escrita de diversos outros gêneros discursivos, como relatórios, sínteses, arguições, sumários e avaliações sobre assuntos de uma determinada área e com uma abordagem específica.

E como afirma Bakhtin (1997, p. 248), “a riqueza e diversidade dos gêneros discursivos é imensa, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros...”.

Os gêneros discursivos, concebidos por Bakhtin como uso, com finalidades comunicativas e expressivas adequadas ao contexto discursivo, são dimensionados como uma forma de manifestação da cultura. São um dispositivo de organização, divulgação,

armazenamento, contestação, criação e troca, empregado de forma específica em cada cultura, em uma dimensão espaço-temporal.

Assim, avaliar as práticas de leitura e de escrita dos graduandos na universidade é, inicialmente, refletir sobre esse campo relativamente delimitado, cujo acesso é sempre seletivo e diferenciado, e que tem a produção discursiva, oral ou escrita, como base das interações entre os seus agentes – estudantes, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica.

3.2 O CONCEITO DE VALIDADE/VALIDAÇÃO DE UM PROCESSO AVALIATIVO

Em relação ao conceito tradicional de validade/validação em um processo avaliativo, conforme Henning (1987, p.89), ela refere-se à adequação de um teste aos seus propósitos, ou seja, aos componentes que esse teste pretende mensurar. Ao descrever um teste, o autor defende a expressão “válido para”, no sentido de que pode ser válido para alguns propósitos e não para outros.

Scaramucci (2011) reforça o fato de que, ao abordarmos a validade/validação de um teste, o conceito deve apresentar um contínuo com graus de validade, os quais serão mensurados em relação ao propósito do próprio teste. A autora explicita outras qualidades de um teste, por meio dos conceitos de confiabilidade e praticidade. Ela menciona que “um teste não pode ser válido sem antes ser confiável (consistente e estável), uma vez que para ser válido necessita avaliar com precisão e de forma consistente.” (2011, p. 105)

Afirma também que não basta ser confiável para ser válido, e exemplifica: um exame de produção escrita em língua estrangeira, que solicita ao candidato para escrever em língua materna a tradução de 500 palavras, pode ser considerado confiável, mas não é suficientemente válido, pois escrever em língua estrangeira é muito mais do que a simples tradução de palavras.

Ao estendermos esse conceito ao EPLP, quando avaliamos a produção escrita acadêmica em língua materna, para que o exame seja confiável e válido para mensurar a qualidade da produção escrita dos graduandos, é fundamental estabelecer uma proposta de escrita com condições de produção adequadas ao letramento na universidade, estabelecer critérios claros para a correção, capacitar os corretores para a tarefa, apresentar um feedback transparente para os estudantes avaliados, entre outras etapas do processo avaliativo.

Scaramucci reforça a tensão entre esses dois parâmetros, pois um aumento de validade geralmente leva a uma diminuição de confiabilidade e vice-versa. E a essa dupla une-se uma terceira característica, a praticidade. Assim, para a autora, a praticidade “é inversamente proporcional à validade e diretamente proporcional à confiabilidade” (Scaramucci, 2011,

p.106). Nos exemplos citados anteriormente, o teste de tradução de palavras é considerado mais prático para se aplicar e corrigir, mas sua validade é questionável. Em relação à proposta de produção escrita do EPLP, ela apresenta um alto grau de validade para avaliar a produção escrita dos graduandos e seu letramento acadêmico, apesar de ser inversamente proporcional à praticidade.

O conceito de validade sofreu inicialmente muitas críticas, devido à sua visão essencialmente psicométrica, sem levar em conta os resultados como base para ações sociais, e a própria dimensão social e política de todo o processo avaliativo. Para Messick (1989), a validade não é uma propriedade do exame, mas do significado dos seus resultados. Assim, para mensurar o contínuo de graus de validade, é preciso coletar informações favoráveis ou contrárias a uma determinada interpretação dos resultados do exame. E para Chapelle (1999, p.258), considera-se validade um argumento relativo à interpretação e ao uso de um teste, na medida em que eles possam ser justificados. Trata-se de um conceito unitário e central, visto que justificar a validade de um teste é responsabilidade de todos os usuários envolvidos: elaboradores, pesquisadores, professores, estudantes, comunidade escolar e a sociedade como um todo.

Com base nessa dimensão social da avaliação de línguas, McNamara e Rover (2006) defendem o papel e o efeito da avaliação de línguas na determinação de políticas públicas na área da educação, além da manutenção de identidades e relações de poder na sociedade contemporânea.

No Brasil, exames nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a Prova Brasil e a Provinha Brasil são acompanhados de evidências empíricas, e seus efeitos precisam ser analisados e avaliados criteriosamente. Essas avaliações de desempenho, do mesmo modo que o EPLP da PUCPR, reforçam o caráter essencialmente social da linguagem, uma dimensão que não pode ser ignorada no processo avaliativo. Busca-se mensurar o desempenho do estudante por meio da produção de textos espontânea e o uso integrado dos conhecimentos linguísticos e pragmáticos em situações comunicativas autênticas.

Scaramucci (2005), ao tratar da prova de redação nos vestibulares e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem da escrita, trata do conceito de efeito retroativo (*washback* ou *backwash*) para se referir ao impacto de exames externos - como vestibulares e exames de proficiência - sobre os processos internos das instituições educacionais do nível Básico e do Ensino Superior. Esses exames podem exercer influência sobre o processo de ensino-

aprendizagem e seus agentes – professores, alunos, escola -, sobre o currículo, sobre a elaboração de materiais didáticos e sobre a própria atitude da comunidade envolvida.

As concepções de leitura e de escrita, e o conceito de validade/validação são fundamentais para o processo avaliativo do letramento acadêmico e, portanto, são pressuposto teórico para o EPLP da PUCPR, seu percurso desde o projeto à sua implementação, e seus reflexos no processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação.

4 O PERCURSO DO EPLP E AS INFLUÊNCIAS SOBRE O ENSINO-APRENDIZAGEM

Temos acompanhado, no cenário nacional e internacional, a elaboração de diversos exames como instrumentos de política educacional e pública, pois exercem poder tanto sobre as pessoas, como sobre a sociedade em geral.

Apesar do consenso, entre pesquisadores e professores, sobre a necessidade de estudarmos as consequências do uso de um instrumento de avaliação, não há unanimidade para afirmar que os impactos sociais (efeito retroativo) fazem parte do plano de validação/validade de um exame, quer sejam as consequências intencionais, quer sejam não-intencionais.

Por um lado, há questionamentos sobre o tipo de mudança que esses instrumentos de avaliação promovem na educação. Elas seriam mudanças benéficas quando se baseiam em punições e recompensas, ou quando responsabilizam professores e instituições de ensino pelos resultados dos estudantes?

De outra parte, há os que consideram o estudo das consequências muito importante, mas não o relacionam diretamente ao plano de validação de um exame, visto que as consequências pressupõem fatores políticos, históricos e sociais, os quais não estão sob o controle dos elaboradores das avaliações.

Cientes dos impasses que circundam esse tema, passamos a compartilhar a percepção do corpo docente sobre os impactos do EPLP em nossa instituição. O projeto do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa foi estudado e elaborado, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação, durante o ano de 2012. Em 2013 ocorreu o início da sua divulgação para a comunidade acadêmica, visto que o exame passou a ser parte da matriz curricular dos cursos de graduação dos estudantes ingressantes a partir daquele ano. A primeira aplicação dessa avaliação ocorreu no 2º semestre de 2013 e, desde então, é aplicado semestralmente.

O EPLP envolve a estrutura de um concurso avaliativo. A prova é presencial e ocorre em um dia de final-de-semana; no primeiro semestre em um sábado, e no segundo semestre em um domingo; e é gratuita para todos os graduandos, que precisam inscrever-se antecipadamente pela intranet da instituição. O edital do EPLP (cujo link é indicado nas referências deste trabalho) é amplamente divulgado e contém informações sobre o exame, seus objetivos, um descritivo da avaliação e dos tipos de questão, além da respectiva pontuação; também são apresentadas as referências para estudo, o período e a forma de inscrição, a data e os locais de prova, e as orientações para o dia do exame. O edital também prevê as inscrições para estudantes portadores de necessidades especiais, em período de amamentação e outras situações especiais previstas em lei.

No mesmo projeto político-pedagógico institucional foram previstos projetos complementares relacionados à área da língua portuguesa, como o Programa Habilidade do Núcleo Básico (HNB) de Língua Portuguesa e a implementação da disciplina de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos (LPTA) no currículo de diversos cursos de graduação.

O HNB de Língua Portuguesa surgiu no final de 2013 como uma forma de motivação aos estudantes a fim de aprimorarem suas práticas de leitura e escrita. Trata-se de um programa gratuito, no qual o estudante é convidado a fazer a gestão do seu aprendizado, por meio da formação de hábitos de estudo, e da autonomia como estudante e como sujeito na constituição do saber. O programa atende calouros que cursam disciplinas da área de língua portuguesa e que apresentam dificuldades de leitura e escrita. Em geral, trata-se de estudantes que precisam de acompanhamento em pequenos grupos, pois não consolidaram os conhecimentos exigidos no final do ensino fundamental e/ou do ensino médio. As atividades ocorrem no contraturno e são ministradas e acompanhadas pelo professor-orientador.

Também a partir de 2013, implementou-se um novo currículo em todas as graduações da PUCPR, que previu a disciplina de LPTA na maioria dos cursos da Escola de Educação e Humanidades; em todos os cursos da Escola Politécnica, e da Escola de Comunicação e Artes; e em alguns cursos da Escola de Negócios. Essa disciplina prevê as práticas discursivas de leitura e escrita acadêmicas, privilegiando os gêneros textuais de cada área específica do conhecimento.

Nesse contexto de implementação de diversos novos projetos relacionados à área de língua portuguesa, a universidade valorizou e priorizou o conhecimento das práticas letradas na vida acadêmica, reconhecendo o perfil do estudante universitário que adentra à instituição e tendo consciência do perfil que visa formar profissionalmente. E o EPLP é parte desse

processo, como fonte de validação e indícios para mudanças nas práxis de letramento acadêmico que já ocorrem na PUCPR.

Os índices de aprovação dos graduandos no EPLP foram inicialmente baixos. Naquela primeira edição, ocorreu uma pequena participação de estudantes, visto serem todos ingressantes, calouros em seus respectivos cursos de graduação, e também devido ao curto período de divulgação. Os resultados do exame foram analisados e, após o levantamento dos escores em cada parte da prova, verificaram-se os menores índices nas provas de produção escrita do resumo acadêmico e do texto dissertativo-argumentativo. Apesar de a prova ser temática, isto é, todas as questões e textos apresentados, em linhas gerais, tratam do mesmo assunto, e apesar de os temas escolhidos serem transversais, contemporâneos e socialmente relevantes, apenas uma pequena parcela dos estudantes soube fazer uso das reflexões e das informações constantes nas demais partes do exame de proficiência.

Esse primeiro resultado do EPLP certamente ocasionou impacto sobre toda a equipe de profissionais envolvidos, e também sobre os estudantes e as coordenações de cursos das graduações da instituição. Ficou clara a influência que o resultado inicial desse exame exerceu. A partir de 2014, houve um maior investimento na divulgação do EPLP, e de sua relevância para a autoavaliação dos próprios estudantes sobre suas competências de leitura e escrita nas práticas letradas da universidade. E além dos projetos já implementados no ano anterior, paulatinamente foram surgindo novos projetos complementares nos semestres seguintes, como as Oficinas de Orientação para o EPLP, a implementação da disciplina eletiva de Leitura e Produção de Textos Técnico-Científicos (LETTC) e uma campanha institucional de divulgação do exame nas mídias sociais mais próximas dos estudantes.

Por parte da equipe docente avaliou-se o efeito positivo do EPLP sobre a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas diversas disciplinas ministradas em cursos de graduação de diferentes áreas do conhecimento. Criou-se um terceiro grupo de pesquisa no curso de Letras, voltado aos Estudos do Letramento Acadêmico (ESLA), e os docentes passaram a divulgar seus trabalhos e pesquisas em grupo, nos diversos congressos nacionais e internacionais, o que anteriormente ocorria de forma mais individualizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equipe docente do Curso de Letras da PUCPR responsável pela elaboração do EPLP, em seus respectivos grupos de pesquisa, embasa-se na concepção enunciativa de linguagem, especialmente nas teorias apresentadas neste trabalho, compreendendo que o domínio de um

gênero é um comportamento social, o que pressupõe a prática desse gênero na sua esfera de circulação e pertencimento. Portanto, os gêneros textuais acadêmicos apresentarão especificidades nas diferentes áreas do conhecimento em consonância com as perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelos saberes daquela área. Outro importante aspecto a ser considerado são as relações de poder envolvidas nas relações mediadas pela linguagem, com nosso olhar especial às instituições acadêmicas.

Temos ciência de que avaliar as práticas de leitura e de escrita nos cursos de graduação ultrapassa os limites da visão psicométrica, e deve levar em conta os resultados como base para mudanças nas práticas de ensino e aprendizagem. Desse modo, baseamo-nos na dimensão social da avaliação de línguas e acreditamos que os estudos sobre as avaliações de desempenho dos estudantes são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem nas licenciaturas e nos cursos de graduação em geral, e também para a determinação de novas políticas públicas institucionais e governamentais.

O EPLP, em seu aspecto avaliativo, tem possibilitado ricas reflexões entre os docentes de língua portuguesa, a fim de estimular uma relação mais produtiva e positiva dos estudantes com a leitura e a escrita acadêmicas. A equipe docente prossegue com o estudo e a avaliação dos letramentos acadêmicos como uma prática social, significativa para os estudantes e constitutiva de sua práxis na universidade.

Certamente defendemos a relevância desse estudo. É fundamental aos estudantes compreenderem como a interação socioverbal é organizada nas comunidades acadêmicas e como os textos se moldam aos amplos sistemas de atividades das disciplinas, matrizes curriculares e campos de atuação profissional de cada área do conhecimento.

Conhecer e refletir sobre as práticas letradas na vida acadêmica é parte da essência das instituições universitárias, visto que se constituem uma das bases para a formação teórico-crítica do futuro profissional, tanto o das licenciaturas quanto o das demais áreas sociais, e para a introdução de sua práxis no convívio social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMANN, C. **Shaping Written Knowledge: the genre and activity of the experimental article in science**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

_____. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. **Social Science Information**, 14: 19-47, 1975.

_____. The genesis of the concepts of habitus and field. **Sociocriticism**, 2: 11-24, 1985.

_____. **Language and Symbolic Power**. Trad. G. Raymond, M. Adamson. Cambridge: Polity, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEE, 1997.

CHAPELLE, C. A. **Validity in Language Assessment**. Annual Review of Applied Linguistics. 19: 254-272, 1999.

CREME, P.; LEA, M. **Writing at University**. Buckingham: Open University Press, 2003.

Exame de Proficiência em Língua Portuguesa da PUCPR. Edital do concurso 2019-1. Disponível em: <http://www.pucpr.br/concursos/eplp/edital.php>. Acesso em 29 de julho de 2019.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu and the practices of language. In: **Annual Review of Anthropology**. 34: 67-83, 2005.

_____. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. Organizado por BENTES, A.C.; REZENDE, R.C.; MACHADO, M.A.R. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2008.

HENNING, G. **A Guide to Language Testing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MCNAMARA, T.; ROEVER, C. **Language Testing: The Social Dimension**. London: Blackwell Publishing Limited, 2006.

MESSICK, S. Validity. In: LINN, L. R. (Ed.) **Educational Measurement**. New York: American Council on Education & Macmillan, 13-103, 1989.

SCARAMUCCI, M.V.R. **Validade e consequências sociais das avaliações em contextos de ensino de línguas.** *Linguarum Arena*. vol.2:103-120, 2011.

_____. Prova de redação nos vestibulares: educacionalmente benéfica para o ensino/aprendizagem da escrita? In: FLORES, V. do N. et al.(orgs.). **A redação no contexto do vestibular 2005 – a avaliação em perspectiva.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 37-57, 2005.

SOARES, M. **Linguagem e escola.** São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STREET, B. V. **Literacy in Theory and Practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. “Hidden” Features of Academic Paper Writing. **Working Papers in Educacional Linguistics.** UPenn, 2009.

UNESCO Revised recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics. Paris: Unesco, 1978.